

O Desenvolvimento Sustentável e a Responsabilidade Socioambiental Empresarial

Débora Almeida Chaves
deboralmeidachaves@gmail.com
NAEA/UFPA

Rebecca do Nascimento Castello
rebeccacastello@gmail.com
UNAMA

Resumo:Muitas vezes o termo sustentabilidade está presente em discursos políticos e missões empresariais, mas não permeiam de fato as ações governamentais e empresariais em prol do desenvolvimento sustentável. Assim é importante trazer a discussão sobre desenvolvimento sustentável e o papel de cada agente na sociedade. Desse modo, o presente artigo traz a discussão sobre o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade socioambiental das empresas e a Agenda 21. Trazendo inicialmente reflexões sobre o desenvolvimento sustentável, que não pode mais ser baseado no tripé: ambiental/econômico/social, uma vez que esse tripé já não é mais adequado à realidade social do mundo globalizado, também leva em conta a interação entre a sociedade, os governos e as empresas. Dentro dessa perspectiva, a Agenda 21 se apresenta de suma importância tanto no contexto empresarial como governamental para regiões como a Amazônia, no sentido de auxiliar as futuras atuações e proposições políticas e institucionais locais, nacionais e internacionais.

Palavras Chave: Sustentabilidade - Empresas - Agenda 21 - Amazônia -

1. INTRODUÇÃO

Observa-se ao longo das últimas décadas que esta recaindo sobre as empresas uma grande pressão da sociedade por melhorias nas condições de vida das pessoas e na preservação ambiental. Isso é reflexo, em muitos casos, da impossibilidade do Estado em atender às demandas geradas pelo processo de globalização. Uma vez que as deficiências apresentadas pelo Estado em vários aspectos da vida cotidiana das pessoas, incentiva a busca por novos agentes que se proponham a preenchê-lo. Dentre as opções que se apresenta a discussão sobre Responsabilidade Socioambiental das organizações.

Sabe-se que os processos produtivos das empresas/indústrias são considerados um dos principais causadores de danos ao sistema ambiental, principalmente pelo uso dos recursos naturais como fatores de produção em uma proporção muito acima do que sua capacidade de renovação e absorção, atrelado a um consumismo desenfreado e irresponsável. Os impactos causados na natureza geram custos ambientais e sociais que o sistema convencional de mercado ainda não leva em consideração nos processos de precificação de bens e serviços.

Desse modo emergem-se questões sobre a sustentabilidade. O ponto de partida básico e fundamental para a sustentabilidade perpassa pela correta e responsável utilização dos recursos naturais a fim de atender as necessidades das gerações atuais sem prejudicar a capacidade das gerações futuras em atender suas próprias necessidades. Assim o desenvolvimento sustentável apresenta-se como a conciliação das vertentes econômica, social e ambiental, tornando-se norteador para empresas em seus processos de produção, operação e comercialização de bens e serviços.

Exemplo da necessidade de se desenvolver de forma sustentável, encontra-se a região amazônica, que possui a maior biodiversidade do planeta. Entretanto a questão de desenvolvimento sustentável na Amazônia emerge inúmeras questões que vão muito além da preservação ambiental. Uma vez que a região enfrenta o dilema de crescer e preservar seus recursos naturais.

Fatos esses que inferem as empresas e indústrias que se instalam na região o redobramento quanto as suas ações de responsabilidade socioambiental, procurando através de seus produtos e serviços conduzir atividades que busquem ações sustentáveis.

Desse modo o objetivo deste artigo é discutir o desenvolvimento sustentável e a participação das empresas através de ações de responsabilidade socioambiental, com o foco nas empresas na região amazônica. Para isso a metodologia empregada, tratou de uma abordagem qualitativa, baseado em uma pesquisa bibliográfica com o levantamento de informações e dados secundários nas principais instituições que atuam na área de desenvolvimento sustentável e nas principais empresas/indústrias da região amazônica.

Isto posto, este artigo esta estruturado em cinco seções, além dessa introdução, a seção dois tratará do desenvolvimento sustentável e suas perspectivas. Já a seção três irá abordar da participação das empresas através de práticas de responsabilidade socioambiental para o desenvolvimento sustentável. A seção quatro abordará a Agenda 21 para a Amazônia e as suas implicações. E as considerações encerram este artigo na quinta seção.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - QUAIS AS SUAS PERSPECTIVAS?

As atividades humanas/econômicas têm causado sérios danos aos recursos naturais. A humanidade tem utilizado direta e indiretamente de produtos da natureza para o consumo. O meio ambiente fornece um conjunto de recursos naturais às organizações por intermédio de fornecedores de matéria-prima para a cadeia de suprimentos: por seu turno, a organização recebe esses materiais na forma de inputs e processa-os gerando outputs (produtos) para o consumo humano. (Mota, 2005).

Durante muito tempo, o meio ambiente foi considerado um recurso abundante e classificado na categoria de bens livres, o que acabou dificultando o estabelecimento de critérios para sua utilização. O que hoje são ações totalmente impensadas.

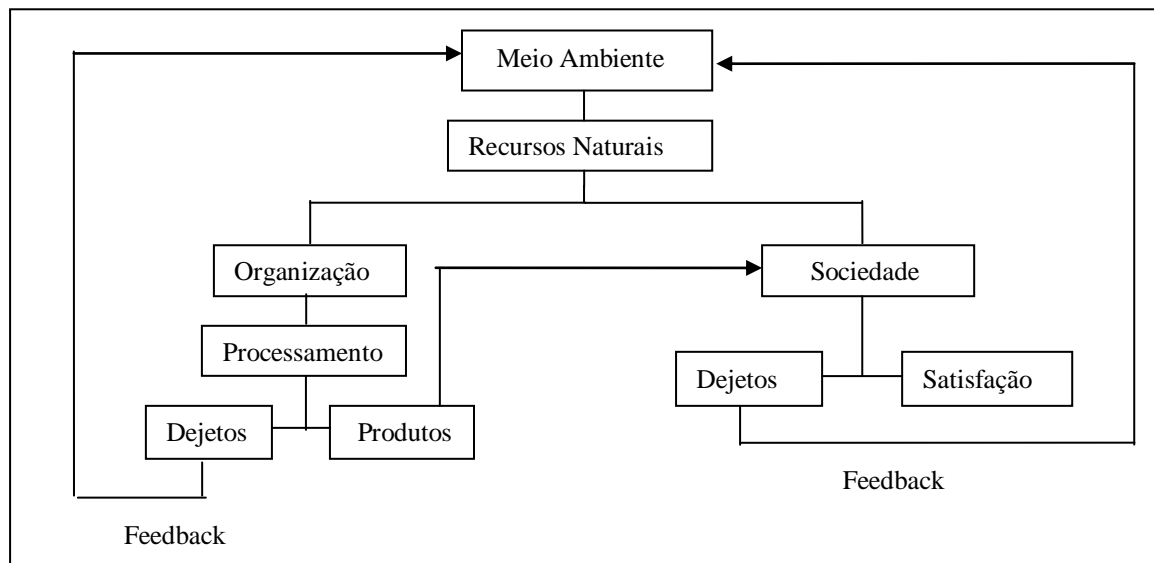


Figura 1: Modelo sistêmico dos Recursos Naturais.

A questão ambiental evoluiu paralelamente à intensificação da globalização. Instaurada na primeira metade da década de 1970, sem embargo isto não permite inferir que até então tenha passado despercebidos os impactos acarretados pela expansão da atividade produtiva sobre o meio ambiente e natureza a polêmica desenvolvimento (ou crescimento) econômico *versus* preservação (ou conservação dos recursos naturais) (COSTA, 1997 p. 77).

Com intuito de encontrar soluções para os problemas existentes, foi realizada em Estocolmo, na Suécia a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em julho de 1972 pela ONU (Organizações das Nações Unidas), que defendiam a ideia de desenvolvimento e a conservação ambiental não eram temas incompatíveis, nasce a partir desse momento um movimento crescente em torno de compatibilizar e racionalizar interesses sociais, ambientais e recursos econômicos, respectivamente em prol das nações futuras.

Na década de 1980, com o avanço tecnológico e o aperfeiçoamento dos métodos de diagnóstico dos problemas ambientais e o crescimento do movimento ecológico, a questão da sobrevivência da espécie humana no planeta ficou em evidência. Logo, as discussões que há muito tempo se concentravam basicamente nos impactos adversos que o meio ambiente sofria por causa do desenvolvimento, deu origem a um novo debate sobre quais seriam as perspectivas de desenvolvimento a partir de um meio ambiente degradado.

É a partir dessa década que surge um olhar preventivo em relação á políticas ambientais, o que cedeu lugar a uma nova visão, agora integradora que passava a relacionar



os aspectos econômicos e sociais com os ambientais – o Tripé do Desenvolvimento Sustentável.

O foco da política ambiental internacional precisava, portanto, ser redefinido, e o principal documento que representou esses esforços foi o *Relatório Brundland (Nosso Futuro Comum – de 1987)*, por meio da iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Era necessário então adotar uma nova postura em relação ao meio ambiente, de modo a garantir os recursos naturais necessários à sobrevivência das futuras gerações. Neste contexto surge a ideia de *Desenvolvimento Sustentável*.

É através do Relatório de Brundland se observa a versão mais generalizada sobre o desenvolvimento sustentável, que consiste em *atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades*. E ainda salienta que o desenvolvimento sustentável deve procurar satisfazer as necessidades e aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. (WCED, 1987)

Entretanto o maior desafio encontrado em relação ao desenvolvimento sustentável está em conseguir trazer as considerações ambientais para o centro das tomadas de decisões econômicas e do planejamento a níveis locais, regionais e globais em relação ao futuro. (COSTA, 1997)

A partir dessa discussão é que no ano de 1992 foi realizada no Rio de Janeiro, a segunda Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente, que ficou conhecida como Rio-92 ou ECO 92, com a missão de estabelecer uma agenda de cooperação internacional, a Agenda 21, para por em prática ao longo do século XXI, o desenvolvimento sustentável no planeta. É nesse momento que se observa efetivamente a promoção de discussões de problemas ambientais globais com a participação ativa de organizações não governamentais internacionais. Novos temas de política ambiental foram assim redefinidos no mundo e a necessidade de um novo pacto entre as nações.

A Rio-92 foi uma das ações mais significativas em relação ao desenvolvimento sustentável. E após essa conferência abriu-se portas para outras conferências. Tanto que no ano de 2002 foi realizada em Johannesburgo, África do Sul a Rio+10, que teve por objetivo verificar os resultados obtidos, após dez anos da conferência do Rio de Janeiro, frente às repercussões entre o governo e empresas no que diz respeito ao alcançar um crescimento no desenvolvimento sustentável no século XXI. Ademais de questões sobre conferências globais e ações governamentais, é necessário observar o desenvolvimento sustentável e sua aplicação nas sociedades dos países.

Por exemplo, Muller (2007) compreende que o desenvolvimento sustentável está atrelado ao crescimento econômico: o capital físico com relações demográficas e desenvolvimento tecnológico das organizações, tanto com respeito à biodiversidade, quanto a forma de trabalhos ministrados por estas.

Enriquecendo o tema, Sachs (1993) coloca que o desenvolvimento sustentável deve considerar simultaneamente cinco dimensões. Pois o pensamento em um tripé já não é suficiente para a obtenção dos resultados esperados pela sociedade e os governos. O autor ainda acentua que além das dimensões ambientais, sociais e econômicas, as dimensões culturais e políticas enumeram-se à questão da sustentabilidade.

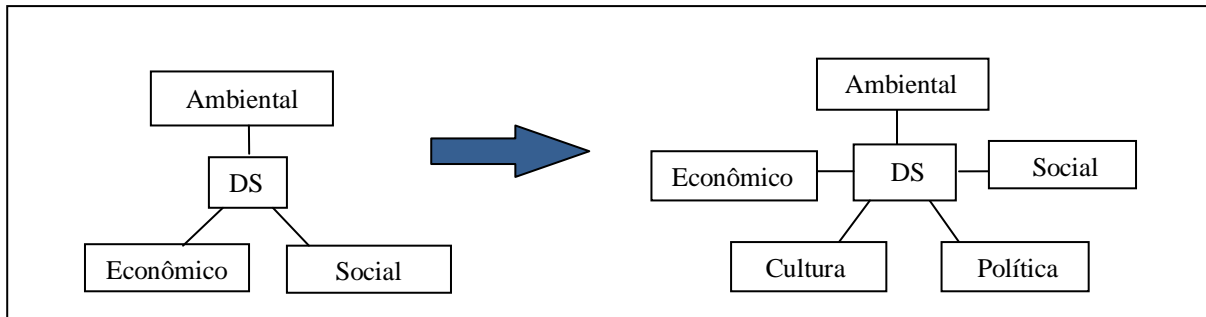


Figura 2: Novas Dimensões do Desenvolvimento Sustentável.

Para Sachs (1993) as dimensões do desenvolvimento sustentável se estruturam como:

- Sustentabilidade social* - consolidação de um processo de desenvolvimento baseado em uma visão que seja boa para a sociedade boa. Isso infere na construção de uma sociedade com equidade, com distribuição de renda e redução da distância entre os padrões vida melhoria de direitos sociais.
- Sustentabilidade econômica* - alocação e gestão mais eficientes dos recursos por fluxo regular de investimento público e privado, acesso e a ciência e tecnologia. A eficiência econômica avaliada em aspectos macro e microespacial.
- Sustentabilidade ecológica* – é incrementado pelo alavanque da utilização de tecnologia para a produção de novos recursos naturais. Redução no uso de combustíveis fósseis.
- Sustentabilidade Espacial* - nova configuração dos espaços maximizando sua utilização e protegendo os ecossistemas.
- Sustentabilidade cultural* - processos de mudanças no seio da comunidade cultural e traduzindo o conceito normativo de eco desenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares.

Ainda Sachs (1993) observa que a construção do desenvolvimento sustentável não se dá com o isolamento dos agentes. A isso o autor chama a atenção ao fato da necessidade de articulação entre diversos agentes sociais. O que implica dizer que as ações, planos e instituições não podem atuar de forma isolada, pois desse modo não poderá se construir o desenvolvimento sustentável nas diversas regiões do globo.

Todavia a questão do desenvolvimento sustentável é complexa e que, embora se alcance um desenvolvimento, ele nunca alcançará totalmente a sustentabilidade, pois ela é dinâmica e exige constantemente inovações. Assim, a sustentabilidade se refere ao lugar que se pretende chegar, enquanto que o desenvolvimento seu foco está em como se pretende chegar. Ou ainda, o presente para o processo de desenvolvimento e o futuro para a sustentabilidade.

Quanto a isso Fenzel (1997) observa que o conceito de Desenvolvimento Sustentável vem sendo interpretado de diversas maneiras e dependendo dos interesses do usuário. O que para o autor, acarretam em diversos problemas devido ao alto nível de abstração e falta de elementos operacionais capazes de medir o grau de sustentabilidade e um processo de desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável apesar de ser relativamente recente, tornou-se um slogan para formuladores de políticas e planos de desenvolvimento e vem evoluindo ao longo das décadas conforme as necessidades sociais e ambientais da sociedade global.

A convivência em harmonia da sociedade com o meio ambiente deve ser posto de forma essencial para a sobrevivência humana. Dele o homem depende para todas as atividades que vai desenvolver, sejam elas econômicas, políticas, sociais, culturais, educacionais, lazer, diversão, dentre outras.

Fatos como esse implicam aos governos a criação de políticas públicas voltadas a desenvolvimento sustentável. Que embora se observe dificuldades quanto à discussão e formação de políticas públicas brasileiras, tendo em vista que este processo é eminentemente político, à medida que os responsáveis pela tomada de decisões são pressionados por grupos sociais que buscam a efetividades das ações públicas de seu interesse.

Desta forma, o resultado é na maioria das vezes, a implementação de políticas públicas com base em interesses estreitos e em desacordo da democracia plena e no interesse comum, o que dificulta o desenvolvimento de programas que sejam realmente eficazes e voltados para as reais necessidades de promover o desenvolvimento sustentável de uma comunidade.

Por isso que quando se trata de desenvolvimento sustentável, é necessário ir além da questão ambiental e envolver aspectos culturais e políticos, onde a sustentabilidade social envolve a distribuição de renda e a cultural está ligada aos valores, costumes e às tradições de uma sociedade que, influenciam nos parâmetros de inclusão social.

Nesse contexto compreende três pontos: *i*) que não se pode esperar apenas que os governos façam algo em prol do desenvolvimento sustentável; *ii*) as empresas podem e devem se constituir como um fator importante para a construção do desenvolvimento sustentável, uma vez que são as empresas que utilizam os recursos naturais, empregam as pessoas e; *iii*) a participação da sociedade civil elegendo questões prioritárias e cobrando ações tanto dos governos como das empresas.

É diante de pontos como este é que empresas começam a se mostrar mais atuantes no contexto ambiental e social, já que percebe-se que os recursos são finitos e que o alto índice de degradação ambiental sofrido nas ultimas décadas necessita de ações rápidas e eficazes de um segmento precisa se enquadrar na nova dinâmica do mercado, e que também pode servir de modelo para boas práticas socioambientais para a sociedade como um todo.

Tanto, que segundo o Instituto Ethos, é crescente o número de empresas que com ações de responsabilidade socioambiental. Já que por muitos anos as empresas tinham seus programas voltados para seus funcionários e ações internas.

Questões ambientais têm sido colocado em pauta quanto a ação de muitas empresas, bem como sua articulação em relação ao governo e a sociedade. Visto que a articulação entre esses atores é primordial para que o sucesso das ações. Pois são os governos que tributam e geram infraestrutura para que muitas empresas possam desenvolver suas atividades, a sociedade é a que consome os produtos e o meio ambiente e o fornecedor dos recursos, logo a articulação deles é que pode gerar de fato o desenvolvimento sustentável.

3. AS PRÁTICAS SOCIALMENTE RESPONSÁVEIS DAS EMPRESAS.

Passa a ser perceptível durante as décadas de 1960 e 1970 começam surgir questões sobre a *responsabilidade* para as empresas no âmbito internacional. De acordo com Barbieri (2007) no Brasil a responsabilidade social, não é recente, porém alcançou dimensões maiores a partir de 1990, devido às mudanças nos cenários econômicos e sociais do país.

Há pelo menos 20 anos, observa-se no Brasil que a sociedade esta menos tolerante com ações antiéticas, já as expectativas da sociedade em relação aos problemas sociais, éticos



e ambientais crescem mais rapidamente do que a capacidade das empresas em melhorar seus padrões. Por isso, as empresas de hoje devem possuir mais consciência social e ambiental, uma vez que a sociedade considera que as empresas ainda precisam melhorar muito suas posturas.

Robbins (2000) lembra que as expectativas da sociedade em relação aos negócios mudaram. O autor deixa claro que, independentemente da abordagem que a empresa adota, todas estarão sendo pressionadas pelos acionistas, pelos investidores, pelos concorrentes, pelos consumidores, pelos fornecedores, pelo governo e pela comunidade em geral a assumirem uma postura socialmente responsável, e isto será percebido como critério de avaliação do seu desempenho.

Então compreende-se que uma empresa socialmente responsável, quando vai além da obrigação de respeitar as leis, pagar impostos e observar as condições de segurança e saúde para os trabalhadores. É a adoção de um comportamento que ultrapassa as exigências legais agrega valor à imagem da empresa, aumentando o vínculo que seus consumidores estabelecem para com ela.

A responsabilidade social das empresas tem como principal característica a coerência ética nas práticas e relações com seus diversos públicos, contribuindo para o desenvolvimento contínuo das pessoas, das comunidades e dos relacionamentos entre si e com o meio ambiente. Ao adicionar às suas competências básicas a conduta ética e socialmente responsável, as empresas conquistam o respeito das pessoas e das comunidades atingidas por suas atividades, o engajamento de seus colaboradores e a preferência dos consumidores (Instituto Ethos, 2001).

No meio empresarial brasileiro, a discussão sobre o papel social e ambiental das empresas vem ganhando espaço crescente, embora as motivações para o exercício das práticas responsáveis sejam de diferentes naturezas. Especialmente na última década, tem havido uma corrida das empresas na direção de assumirem posturas socialmente responsáveis, o que implica uma necessidade de mudanças profundas em várias dimensões dos seus negócios.

A forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sócias. (Instituto Ethos, 2001).

Uma vez que se agravam problemas sociais e ambientais por todo o planeta – desemprego, exclusão, poluição, exaustão de recursos naturais – e à dificuldade dos governos de solucioná-los, é neste contexto que as empresas sentem a pressão para adotarem uma postura socialmente responsável na condução dos seus negócios.

As empresas ao conscientizarem-se, assim, da importância de considerar os interesses de outros grupos, não só dos acionistas, afetados por sua atuação: fornecedores, empregados, comunidade consumidores, sociedade e meio ambiente. Os impactos ambientais causados pela sociedade, a partir do sistema econômico via produção e consumo, precisam ser encarados através de ações efetivas tanto por parte das empresas como da sociedade civil.

O que na visão de Ashley (2002), esta realidade fez com que as organizações direcionassem seus investimentos para outras estratégias que vão além dos atributos básicos como preço e qualidade, passando a exaltar a confiabilidade e a ética entre a empresa e seus consumidores, entre outras estratégias diferenciadas.

Já que as mudanças no ambiente empresarial levaram as empresas a buscarem um novo conceito de gestão, uma vez que os estudiosos e ambientalistas passaram a exigir por parte das empresas uma preocupação maior a respeito de suas responsabilidades. Assim, a



visão tradicional da empresa, de que sua responsabilidade seria apenas a de garantir a maximização do lucro e a minimização dos custos, passa a refletir sobre novos valores, quanto a sua atuação na sociedade.

As empresas que possuem essa postura de responsabilidade no presente e visão de futuro, Martini (2012) observa que são aquelas que adotaram a Agenda 21 Empresarial como uma estratégia caracterizada de gestão empresarial, acrescentando as políticas de Responsabilidade Socioambiental e aperfeiçoando os instrumentos de eco eficiência, deixando às futuras administrações uma empresa economicamente eficiente, ambientalmente sustentável e socialmente justa. Nesse sentido, a sustentabilidade deve ser vista como um bom negócio, ou seja, um investimento e não um custo.

O meio ambiente é um bom negócio e quem afirma isso hoje em dia não são os visionários e idealistas, o mercado produtivo no mundo todo já amanheceu nesta nova realidade e, ao mesmo tempo em que engatinha no caminho da sustentabilidade, passa a exigir posturas diferenciadas dos países de grande potencial de recursos naturais, como o Brasil. Essa cobrança não vem apenas através de pressões eco política, mas da exigência do mercado (sociedade), diante de uma nova realidade socioambiental, onde a competitividade é a lei maior, soberana. Reduzir custos com a eliminação de desperdícios, desenvolver tecnologia limpas e barata reciclar insumos são mais que princípios de gestão ambiental. Apresentam condição de sobrevivência no atual mundo global capitalista. (ALMEIDA et. al, 2000)

É diante disso começa a ser reorientado um novo padrão denominado responsabilidade socioambiental. E para Martins e Branco (2007) o termo responsabilidade socioambiental, como o próprio nome sugere, se refere a aspectos sociais e ambientais, pois este termo é um conceito novo e em construção e devido a ser comumente utilizada a expressão 'social' relacionada às questões ambientais, procura-se agora enfatizar questões ambientais. É diante desse conceito que há a necessidade de mudança de comportamento a fim de compreender a importância do meio ambiente e da justiça social para perspectiva da vida humana.

Nesse contexto, o conceito de responsabilidade socioambiental, bem como, o de desenvolvimento sustentável tem sido utilizado como uma forma de estratégia das empresas para o seu próprio crescimento. Esse termo, apesar de ser recente tem sido discutido em vários âmbitos pelas organizações, movimentos sociais, sociedade e governo, que buscam soluções para desenvolver e crescer sem degradar o meio ambiente, ser totalmente responsável, com produção limpa e renovável, o que tem levado as empresas tem investido parte de seus lucros em programas de responsabilidade socioambientais.

Entretanto as mazelas sociais e ambientais têm exigido soluções rápidas e viáveis com o envolvimento da comunidade, do governo e do setor privado. (Melo Neto e Froes, 2001). Assim, as ações desenvolvidas por grupos empresariais tem se tornado de suma importância para suprir as necessidades da sociedade como um todo. O crescente interesse empresarial tomou maiores proporções, já que este passou a ser reconhecido como importante para os negócios.

E o desenvolvimento sustentável, entretanto, tem que passar por elas, pois o equilíbrio da sociedade se dá também pela inclusão social. Construindo um modelo de sustentabilidade, as empresas proporcionam emprego, renda e autonomia econômica às comunidades locais e regionais.

Tabela 1: Principais Empresas da Região Amazônia desenvolvem praticas de responsabilidade socioambiental.

Nome da Empresa	Missão	Ações para Preservação do Meio Ambiente.
Vale	Transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável	Projeto ararinhas na natureza. Projeto Carajás S11D. Projeto Pegada Hídrica.
Banco da Amazônia	Criar soluções para que a Amazônia atinja patamares inéditos de desenvolvimento sustentável a partir do empreendedorismo consciente.	Programa Amazônia Recicla, Programa Amazônia Otimiza. Viva Vida. Fornecedor Verde.
Natura	Missão não disponível.	Programas áreas protegidas da Amazônia (ARPA). Xingu- A terra ameaçada. Programa Carbono neutro.
Agropalma	Produzir e comercializar, no mercado nacional e internacional, óleo vegetal e derivados, garantindo o desenvolvimento sustentável do negócio, gerando riquezas e atendendo aos requisitos das diversas partes interessadas.	Programa de proteção às reservas ambientais. Programa desmatamento zero.
Alcoa	Gerar um legado de sustentabilidade nas comunidades onde a Alcoa atua, por meio de projetos estratégicos e articulados que valorizem e fortaleçam suas potencialidades.	Empresas pelo Clima Movimento Empresarial pela Proteção e Uso Sustentável da Biodiversidade. Parceria com o Fórum Amazônia Sustentável.
Eletrobrás	Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.	Programa de apoio às comunidades indígenas. Implantação das unidades complementares do Centro de Proteção Ambiental. Programas de pesca e ictiofauna; limnologia (estudo da água doce) e qualidade da água.

Partindo dessas considerações e no breve levantamento da tabela 1, observa-se que várias empresas e indústrias instaladas na região amazônica que vem desenvolvendo práticas socioambientais ao longo das últimas décadas. Tanto que em suas missões se verifica a presença de palavras como: “sustentabilidade”, “sustentável”, e suas ações envolvem as



comunidades locais e preservação dos biomas amazônicos nos entornos onde essas empresas e indústrias se instalam.

Aqui é preciso destacar alguns pontos que são relevantes:

1) A maioria das empresas que possuem ações de responsabilidade socioambiental são do ramo da mineração ou governamental. E suas atividades acarretam em diversos impactos ambientais de médio e longo prazo;

2) Seus programas se dão de forma estritamente localizada, ou seja, nos entornos onde estão localizadas ou em locais selecionados de forma estratégica para promoção da imagem;

3) São empresas que possuem isenção ou subsídios de impostos por parte dos governos estaduais, além de empregarem uma grande quantidade de empregados locais. O que não significa que estes sejam contratados ocupação de cargos estratégicos e capacitação para chegar a tal.

O que fica implícito, na responsabilidade socioambiental de muitas empresas que se instalam na região amazônica é que suas ações nem sempre condizem com suas posturas frente as ideias repassadas pelas mesmas.

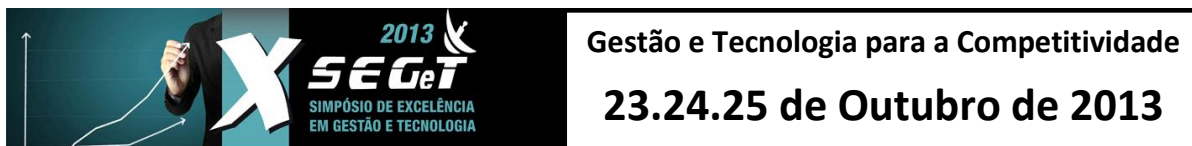
Exemplo disso, são as mineradoras que geram cifras exorbitantes a balança comercial da região, mas causam diversos enclaves espaciais e sociais, sem contar na poluição dos rios e solo dos locais onde estão instalados, geram empregos ou subsidiam empregos em empresas menores com funções de pouca visibilidade. Mas investem em programas de educação e música para crianças e adolescente de regiões metropolitanas da região, estes são restritos a critérios impostos pelas mineradoras.

As indústrias de cosméticos e de biocombustíveis também apresentam contradições, pois seus processos produtivos demandam grande quantidade de matérias primas como frutas, sementes e plantas que são coletadas muitas vezes de forma predatória para atender o mercado consumidor. Logo as ações ambientais enfrentam o dilema do consumo e o crescimento financeiro e a manutenção do sistema ambiental que fornece matéria prima para sua produção.

Com isso surgem muitas questões relacionadas ao crescimento econômico *versus* sustentabilidade. Até que ponto a exploração não está gerando degradação? Como alinhar esses dois caminhos, fundamentais para a manutenção da sociedade? São perguntas como estas, que as empresas devem responder de forma a garantir ganhos para todos os envolvidos: empresa, clientes e meio ambiente. É necessário que as ações ultrapassem o discurso de “ecologicamente corretas” como estratégias de marketing demagogas e comecem a trilhar um caminho realmente responsável com o meio em que se vive. É importante ressaltar que essa postura não é posta aqui de forma generalista, mas é fundamental que as exceções a esta boa prática devem ser observadas.

4. A AGENDA 21.

A Rio – 92 foi uma Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que reuniu chefes de Estado e representantes oficiais de 179 países, e organizações não governamentais de todo o mundo em um evento paralelo – o Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais.



Este encontro se configurou em uma tentativa de reunir representantes de todos os países do mundo para discutir e divulgar a nova concepção de *Desenvolvimento Sustentável* que estava em foco, desde a publicação do *Relatório Brundtland*. Esse evento trouxe a tona para o Brasil a necessidade de enfrentar a crise ambiental e ao mesmo tempo retomar o desenvolvimento, fortalecendo a democracia e a estabilidade da economia.

A preparação para a participação na Rio-92 através da elaboração do relatório nacional para a definição das posições brasileiras pela Comissão Interministerial de Meio Ambiente (Cima), coordenada pelo Itamarati (Ministério das Relações Exteriores), foi um passo significativo de que o tema meio ambiente se tornava assunto importante da política externa do país. A Cima coordenou representantes de 23 órgãos públicos para a elaboração do relatório nacional com as posições do Brasil para a ECO-92. Foi criada a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, transformada mais tarde em Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A Agenda 21 é um documento resultado da Rio 92. E foi [e ainda] é considerado o documento mais abrangente desse encontro que selou um compromisso socioambiental entre os participantes. Esta agenda traz para a pauta das discussões globais a necessidade de uma promoção da consciência ambiental e fortalecimento das instituições para o desenvolvimento sustentável, buscando propor caminhos para alcançar este (DS) no atual século, harmonizando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

É importante entender que a Agenda 21 não é apenas um documento que traz ações obrigatórias para os Estados, e sim uma espécie de manual para guiar os países ao desenvolvimento de um novo tipo de sociedade. Assim, a implementação dessas ações fica dependente de dois fatores sociais: da ação dos governantes e da mobilização da sociedade. Para a aplicação dessas ações é necessário dividir a Agenda 21 em agendas regionais, nacionais e locais. (DAHER, 2010).

Assim, a Agenda 21 Global constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala mundial, um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”.

O Brasil tem empreendido esforços para estabelecer um programa de governo com a clara finalidade de fazer a transição para o desenvolvimento sustentável, em consonância com os objetivos e metas traçadas pela Agenda 21 Global. Incorporou a Agenda 21 Brasileira no Plano Plurianual (PPA 2004-2007), Lei Federal nº. 10.933, de 11/08/2004, instrumento que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para operar despesas e programas de duração continuada.

Com essa consciência foi criada, após oito anos da Rio-92, a Agenda 21 brasileira que buscou orientar os rumos do desenvolvimento sustentável no país – um assunto diretamente ligado aos interesses em torno da Amazônia. Para isso, foram propostos meios para que as comunidades, as prefeituras, os institutos de pesquisa, as universidades, as empresas, os movimentos sociais, as organizações não governamentais e outras entidades pudessem acrescentar propostas aos temas de Gestão de Recursos Naturais, Cidades Sustentáveis, Agricultura Sustentável, Redução de Desigualdades Sociais, Infraestrutura e Integração Regional e Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável.

A Agenda 21 Brasileira, não é um plano de governo, mas um compromisso da sociedade em termos de escolha de cenários futuros. Construir uma Agenda 21 pressupõe a consciência dos cidadãos sobre o papel ambiental, econômico, social e político que desempenham em sua comunidade.



Seguindo uma tendência mundial, as empresas no Brasil estão cada vez mais preocupadas com a responsabilidade social. Sendo assim, passam a contemplar mudanças organizacionais de implicações estratégicas profundas. Parte-se da premissa de que, para serem efetivas, tais mudanças devem estar alinhadas com a estratégia de negócios da empresa. Dentro da realidade empresarial pode-se observar que na Agenda 21 Global e Brasileira, é possível identificar dois capítulos que abordam diretamente sobre a importância da construção da sustentabilidade nas empresas a partir dos pressupostos da Agenda 21 (capítulo 30, da Agenda 21 Global e o Objetivo 02, da versão brasileira). No Brasil, o surgimento do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS, e do Instituto Ethos de Cidadania, alavancaram esse entendimento a partir dos elementos contidos nas políticas de eco eficiência empresarial: reduzir o consumo de materiais com bens e serviços; reduzir o consumo de energia com bens e serviços; reduzir a dispersão de substâncias tóxicas; identificar a reciclagem de materiais; maximizar o uso sustentável dos recursos naturais; prolongar a durabilidade dos produtos; agregar valor aos bens e serviços utilizados (MARTINI, 2012).

Entende-se que a Agenda 21 pode ser definida como um processo, pois seu objetivo é: a mudança de um modelo de desenvolvimento socialmente injusto, ambientalmente predatório economicamente inviável no longo prazo, para um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de compatibilizar crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental.

Porém, é importante ressaltar que existem críticas relacionadas a essa relação entre a comunidade acadêmica e as esferas políticas, conforme exaltadas por Mathis (2000), que analisa que o documento além de não oferecer um avanço na discussão conceitual sobre o desenvolvimento sustentável, em grande parte traz lembranças dos anos dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA's) do passado, já que ainda perpetuam conceitos muito tradicionais que não devem mais aplicados como, por exemplo:

- Amazônia tem que ser enquadrada como questão nacional e não como questão regional (PNIAL: 7) (AA21: 20)
- A questão amazônica tem que ser desregionalizada, ela é necessidade, responsabilidade e potencialidade nacional (AA21: 33).
- Amazônia é um trunfo do Estado brasileiro no plano internacional (PNIAL: 7).

O autor explica que no primeiro item, o desenvolvimento sustentável sendo definido como tarefa nacional, leva o governo a negar o desenvolvimento da região como valor por si, e coloca a Amazônia dentro de um conceito mais amplo do desenvolvimento, ou bem-estar nacional (MATHIS, 2000).

Outra crítica é apresentada por Babiere (2009 apud DAHER, 2010) onde enfatiza que o Brasil ainda não possui uma agenda efetiva, pois no país este documentos e suas sugestões ainda não ganharam destaque na imprensa, na sociedade e nem na comunidade científica. O que para o autor é completamente previsível diante da falta de comprometimento por parte dos governos em colocar em ação os projetos de desenvolvimento sustentável.

Barbieri (2009 apud DAHER, 2010) ainda completa dizendo que a Agenda 21 se encontra incompleta. E cita como exemplo o tema da proibição da produção de armas nucleares e da realização de testes relacionados a elas, temas não abordados na Agenda e reivindicados intensamente pelas ONGs. Porém, é importante ressaltar que a Agenda trouxe para a pauta discussões em termos internacionais sobre a importância do poder local, o papel das ONGs e a disseminação de uma visão pluralista em relação aos meios, aos recursos e à

tecnologia. Ou seja, os Estados não são considerados como os únicos atores que influenciam no sistema internacional, já que a participação de organizações e da própria sociedade civil é um importante instrumento para que os objetivos propostos a um desenvolvimento coordenado e sustentável ocorram.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável são advindas da reflexão de propostas, meios e estratégias que visam o desenvolvimento sustentável do planeta. Assim, percebe-se que o discurso da sustentabilidade surgiu como pressuposto abrangendo uma concepção macro que ainda encontra-se em constante construção na tentativa de sensibilizar os seres humanos para os perigos que caminha a sociedade.

A agressão permanente e em larga escala ao meio ambiente, ameaça à sobrevivência das próximas gerações, mas a forma de resolver este problema não está em tirar o homem dos meios que precisa para sua sobrevivência e, sim em lhe ensinar a viver em harmonia com o mesmo.

Desse modo é que questões sobre preservação e ações de responsabilidade socioambiental por parte dos governos e das empresas sendo massificadas a fim de gerarem soluções efetivas nos campos social, econômico, ambiental, político e cultural. Mas grande parte dos discursos proferidos cai na trivialidade devido a não trazer ações concretas e significativas à sociedade.

O que se pode observar é que quando se trata de desenvolvimento sustentável, muitas questões e implicações recaem sobre os governos no intuito de que estes sejam os principais responsáveis pelo desenvolvimento sustentável. Entretanto os governos não podem ser considerados os únicos agentes do desenvolvimento sustentável.

As preocupações ambientais se intensificaram social e organizacional. Isso demonstra as Conferências e os encontros a respeito do meio ambiente e o quanto foi se tornando cada vez mais presente no meio social. Após a Rio/92 há uma forte evidência do avanço da consciência socioambiental da sociedade brasileira, que está se mostrando cada vez mais envolvida em ações proativas, como o trabalho voluntário, além da participação em campanhas contra o desperdício dos recursos naturais.

Quando do direcionamento para a região amazônica, observa-se um grande número de ações de ordem governamental e empresarial para a sustentabilidade da região. Entretanto muitas dessas ações não se dão de forma articulada, seja entre o governo e as empresas, seja entre as empresas e a sociedade. E em muitos casos os programas empresariais e ações políticas se pautam em ideia voltadas para o ecologismo - com mecanismos de frágeis de atuação e sem a uma interação sistêmica.

Seguindo esse passo, observa-se a questão da Agenda 21, que se apresenta de forma tardia no Brasil e também na Amazônia. Sua função ainda esta ligada a um discurso político com pouca efetividade, devido às carências de atenção e ações públicas voltadas para este tema no país. A busca pela sustentabilidade do desenvolvimento humano no Brasil ainda caminha a passos lentos enquanto a política pública não for mais atuante em combater a degradação do ecossistema e conseqüentemente da sociedade.



6. REFERÊNCIAS

AGENDA 21 Banco da Amazônia. Disponível em: <www.bancodaamazonia.com.br>. Acesso em 20 Jun.2013.

AGROPALMA. Disponível em: < www.agropalma.com.br/> Acesso em: 12 maio 2013.

ALCOA. Alumínio Alcoa. Disponível em: www.alcoa.com/brasil/. Acesso em: 25 jun. 2013.

ALMEIDA, J. R. M. Et. Al. Gestão Ambiental: planejar, avaliação, implantação, operação, verificação. Rio de Janeiro: Thex Ed, 2000.

ASHLEY, P. A. (coord.). Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRANCO, A. M.; MARTINS, M. H. B. Desenvolvimento sustentável na gestão de serviços públicos: responsabilidade socioambiental e informe social. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BARBIERI, J. C. Gestão Ambiental. Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BARBIERI, J.C. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21. Disponível em: <www.mma.gov.br> Acesso em 29 Mai.2013.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21 Brasileira: Ações Prioritárias. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/acoes2edicao.pdf>. Acesso em: 10 Jun. 2013.

COSTA, J.M.M. Desenvolvimento Sustentável, Globalização e Desenvolvimento Econômico. In: XIMENES, T.(Org.) Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: Uma contribuição para a Amazônia 21. Belém: NAEA, 1997.

DAHHER, R. Desenvolvimento e Meio Ambiente: As Estratégias de Mudanças da Agenda 21. Conjuntura Internacional- PUC. 2010.

FENZL, N. Estudos de Parâmetros capazes de dimensionar a sustentabilidade de um processo de desenvolvimento. In: XIMENES, T.(Org.) Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: Uma contribuição para a Amazônia 21. Belém: NAEA, 1997.

INSTITUTO ETHOS. Instituto de Empresas e Responsabilidade Social. Disponível em: <<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/Default.aspx>>. Acesso em: 20 maio 2013.

INSTITUTO ETHOS. Empresas E Responsabilidade Social. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/docs/institucional/perguntas.shtml>>. Acesso em 30 de jun. de 2013.

MARTINI, A. S. Agenda 21 empresarial: um bom negócio para as empresas. Disponível em: <<http://www.agenda21empresarial.com.br/?pg=principal>>. Acesso em: 01 Jun 2013.

MATHIS, A. Agenda 21: por que e para quem. In: ARAGÓN, L.E. (Org.) Debates sobre a agenda Amazônia 21. Belém: UMAMAZ, 2000.

MELO NETO, F.P. de; FROES, C. Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Qualitymark, 2001.

MOTA, J.A. O Valor da Natureza: Economia e política dos recursos naturais. São Paulo: Garamond, 2005.

MUELLER, C. Os Economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente. Brasília: UNB/FINATC, 2007.

NATURA. Disponível em < www.natura.net>. Acesso em 27 de Junho de 2013.

ROBBINS, S. P. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2000.

SACHS, I. Estratégias de Transição para o século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

VALE. Disponível em: <www.vale.com> Acesso em: 27 de jun 2013.

WCED, Our Common Future. Oxford/New York: Oxford University Press, 1987.